



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ

R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões

Maringá – Paraná – Cep 87.065-660

CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800

<b>CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ (CISPAR)</b>
<b>UASG:</b> 460681 - CONSÓRCIO INTERM. DE SANEAMENTO DO PARANÁ
<b>Processo Licitatório nº</b> 85/2026.
<b>Modalidade Pregão Eletrônico nº</b> 10/2026.
<b>Registro de Preços nº</b> 09/2026.
<b>Objeto:</b> Aquisição de móveis destinados à composição, organização e funcionalidade da nova sede do Órgão Regulador de Saneamento do Paraná – ORCISPAR, bem como ao atendimento de demandas administrativas relacionadas à execução do Convênio Expansão de Unidades de Valorização de Recicláveis (UVRs), celebrado entre a Itaipu Binacional, a FPTI-BR e o CISPAR (Convênios nº 4500073800 e nº 4500073801).
<b>Valor Máximo da Licitação:</b> R\$ 299.562,46 (duzentos e noventa e nove mil, quinhentos e sessenta e dois reais e quarenta e seis centavos).
<b>Tipo de Licitação:</b> Menor preço por item. Com benefícios de contratação para Micro, Pequena Empresa e MEI's.
<b>Abertura das propostas e recebimento dos lances:</b> a partir das 09:00 horas do dia 15/05/2026, no endereço eletrônico <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/">https://www.gov.br/compras/pt-br/</a> .
<b>Edital na íntegra:</b> O Edital, todas as documentações e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/">https://www.gov.br/compras/pt-br/</a> e <a href="https://cispar.pr.gov.br/">https://cispar.pr.gov.br/</a> , no link “Licitações”.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ  
R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões  
Maringá – Paraná – Cep 87.065-660  
CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ**  
**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS N.º 009/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 085/2026**

O Pregoeiro do Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná, designado pela Resolução n.º 10, de 23 de Janeiro de 2024, publicada na página 241 do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, torna público aos interessados que fará realizar licitação para **REGISTRO DE PREÇO**, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, representado pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, tudo em conformidade com as regras estipuladas nos termos da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, do Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n.º 8.538, de 06 de outubro de 2015, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital. Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio do Sistema Eletrônico COMPRASNET.

**DATA: 15/05/2026**

**HORÁRIO DE BRASÍLIA: 09h (nove horas).**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)**

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

## **1. DO OBJETO**

**1.1.** Aquisição de móveis destinados à composição, organização e funcionalidade da nova sede do Órgão Regulador de Saneamento do Paraná – ORCISPAR, bem como ao atendimento de demandas administrativas relacionadas à execução do Convênio Expansão de Unidades de Valorização de Recicláveis (UVRs), celebrado entre a Itaipu Binacional, a FPTI-BR e o CISPAR (Convênios n.º 4500073800 e n.º 4500073801).

**1.1.1** Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto, descritas no COMPRASNET (CATMAT e CATSER), e as especificações constantes do Anexo I deste Edital, prevalecerão estas últimas.

**1.1.2** A licitação será dividida em item e grupo, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.



1.1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.2 O limite máximo total de preço será o de R\$ 299.562,46 (duzentos e noventa e nove mil, quinhentos e sessenta e dois reais e quarenta e seis centavos). Ficando estabelecidos como limites máximos de preços para cada item os constantes no Anexo I.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1 Não será admitida adesão de órgãos não participantes à Ata de Registro de Preços.

## **3. DO CREDENCIAMENTO NO COMPRAS.GOV**

3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

## **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2 O presente certame se destina exclusivamente à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais – MEI, **exceto o item 19**, aberto para ampla participação.

4.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

**4.3 Não poderão participar desta licitação os interessados:**

4.3.1 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2 Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.5 Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6 Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3.6.1. A vedação da participação de licitantes em consórcio na licitação se justifica pela complexidade e especificidade do objeto, que exige conhecimentos técnicos e especializados. Além disso, a formação de consórcios pode dificultar a fiscalização e a responsabilização dos participantes, comprometendo a qualidade e a eficiência do serviço prestado.

4.3.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.3.8 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.3.9 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.3.10 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que

desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.3.11 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.3.12 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3.13 Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.3.14 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3.15 O impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.3.16 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.3.17 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.3.18 O disposto não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.3.19 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.3.20 A vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.4 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.4.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências edilícias;

4.4.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.6 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.4.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.8 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.5 A falsidade da declaração de que trata os itens do Edital sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.1.1 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.10 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e



5.11 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.13 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor unitário e total do item ou percentual de desconto;

6.1.2 Descrição detalhada dos serviços ofertados, demonstrando aderência às especificações do Termo de Referência.

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.



6.6 O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema COMPRASNET, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

6.7 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.7.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.1.1 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de:

ITENS	2%
-------	----

7.9 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.14 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

7.15.1 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

- 7.16 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.17 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante através do sistema.
- 7.18 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.20 O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.21 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.22 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.23 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.24 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.25 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.26 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será

realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.27 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.28 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.29 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.29.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.29.2 O Cispar não realizará a Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.29.3 O Cispar não realizará a avaliação do Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.29.4 O Cispar não realizará a avaliação do Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgão de controle.

7.30 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.30.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.30.1.2 Persistindo o empate, o Pregoeiro por meio do chat irá convocar as empresas empatadas para a realização do sorteio manual, no qual será marcado com data prévia e realizado através de plataforma on-line, com o link disponibilizado via chat.

7.31 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.31.1 Após a etapa de lances e verificação dos documentos anexados, o pregoeiro irá convocar o licitante via CHAT, para negociação de valores e envio de documentos faltantes, no prazo de 20 minutos para a resposta do licitante, caso não se manifeste, poderá ser considerado desistente.

7.31.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.31.3 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.31.4 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA - JULGAMENTO**

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

8.2 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

8.3 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6 O Pregoeiro convocará o licitante para enviar os documentos, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas horas) sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.9 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.9.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.10 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8.12 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.14 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.15 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.16 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **9. DA HABILITAÇÃO**

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer meio admitido em lei.

9.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da



lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.7 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

9.8 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.9 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.10 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.11 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.12 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.12.1 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.3 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.13.1 SICAF;

9.13.2 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

9.13.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.13.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.13.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.13.5 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.13.6 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.13.6 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.13.7 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.13.8 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.13.9 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.13.10 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.13.11 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas), sob pena de inabilitação.

9.13.12 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitaís quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.13.13 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.14 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.15 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do

recolhimento dessas contribuições.

9.16 Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

**9.17 Habilitação jurídica:**

9.17.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.17.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

9.17.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.17.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.17.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.17.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.17.7 No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

9.17.8 No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.17.9 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.17.10 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

**9.18 Regularidade fiscal e trabalhista:**

9.18.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.18.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.18.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18.6 prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18.7 caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.18.8 caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação;

9.18.9 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital;

9.18.10 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.18.11 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

## **9.19 Qualificações Econômico-financeiras.**

9.19.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.19.2 balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2(dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, assinados por profissional habilitado da área contábil e o representante da empresa licitante.

9.19.2.1 No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

9.19.2.2 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.19.2.3 é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.19.2.4 Caso o licitante tenha natureza de cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.19.3 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.19.4 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

## **9.20 Qualificação Técnica**

9.20.1 Atestado de capacidade técnica emitidos por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento de objetos e bens compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação;

9.20.2 Os atestados deverão atestar aptidão e bom desempenho das atividades, justificando-se tal exigência pela necessidade e segurança da Administração em garantir a execução integral do objeto.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 10 (dez) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de



recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.1.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.1.2 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**





14.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

## **15. DA ATA DO PREGÃO**

15.1 Homologado o resultado da licitação, os documentos referentes ao certame: ATA, ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO, RESULTADO POR FORNECEDOR ficarão disponíveis no site COMPRASNET na aba consultas, na pesquisa com o número do pregão e UASG do órgão: 460681.

15.2 O certame é realizado pela plataforma oficial do governo, o órgão gerenciador e os licitantes participantes acessam respectivamente com o certificado digital, ao final os documentos oficiais são emitidos eletronicamente, com as respectivas classificações e lances, não sendo necessária ao final do certame a assinatura individual de cada participante.

15.3 Caso o licitante seja convocado à assinatura da ATA e HOMOLOGAÇÃO a Administração poderá encaminhar para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico (E-mail), para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.3 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

15.4 Quando o licitante não for convocado para a assinatura da Ata, o firmamento e pedido se darão por meio de Nota de Empenho ou instrumento equivalente, com o número, item e fornecedor registrado na Ata, para a aquisição do produto/serviço.

15.5 A recusa da Nota de Empenho incidirá na desclassificação do licitante, com as possíveis sanções previstas e o licitante subsequente será convocado para o fornecimento do produto/serviço.

15.6 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da legislação vigente.

15.3 A existência de preços registrados não obriga o CISPARGO ou os municípios consorciados a contratar, ficando facultada a utilização da Ata conforme interesse efetivo e necessidade específica.

## **16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

16.1 Após a homologação da licitação, a contratação será formalizada pelo CISPARGO ou pelos municípios consorciados participantes, conforme o caso, mediante assinatura de Termo de Contrato ou emissão de instrumento equivalente.

16.2 O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o



caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.3.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

16.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/21.

16.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

16.5 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ**  
R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões  
Maringá – Paraná – Cep 87.065-660  
CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800

16.5.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

16.5.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.6 Na assinatura do contrato ou da ata, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata.

16.7 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata.

## **17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL**

17.1 O reajustamento dos preços registrados observará o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta, nos termos da legislação vigente e conforme critérios definidos no Termo de Referência.

## **18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

18.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

19.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.

## **20. DO PAGAMENTO**

20.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1. Constitui infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante ou adjudicatário que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou solicitada pelo pregoeiro durante a sessão;
- b) não manter a proposta, salvo em razão de fato superveniente devidamente justificado;
- c) não enviar proposta adequada ao último lance ofertado ou após negociação;
- d) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta, quando exigido;
- e) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- f) solicitar desclassificação após encerrada a etapa competitiva;
- g) deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa;
- i) fraudar a licitação ou agir em conluio;
- j) comportar-se de modo inidôneo, induzir a erro no julgamento ou apresentar amostra falsificada/deteriorada;
- k) não celebrar o contrato, a ata de registro de preços ou instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta.

21.2. Sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, poderão ser aplicadas as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

I – advertência;

II – multa, de 0,5% a 30% sobre o valor do contrato, a ser recolhida no prazo de até 10 (dez) dias úteis da intimação, graduada conforme a gravidade da infração, danos causados e reincidência;

III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo a que pertence o órgão ou entidade promotora da licitação, pelo prazo máximo de até 3 (três) anos;

IV – declaração de inidoneidade, aplicável em casos mais graves, pelo prazo de até 6 (seis) anos, conforme art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

21.3. A sanção de multa poderá ser aplicada isoladamente ou cumulada com as demais.

21.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, a ata de registro de preços ou instrumento equivalente no prazo fixado caracterizará descumprimento total da obrigação e ensejará a aplicação das penalidades cabíveis, bem como a perda da garantia da proposta, nos termos do art. 64, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

21.5. A aplicação das sanções observará:

- a) natureza e gravidade da infração;
- b) circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- c) peculiaridades do caso concreto;



d) danos causados à Administração;

e) eventual implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo infrator.

21.6. A instauração de processo administrativo de responsabilização (PAR) será conduzida por comissão composta por no mínimo 2 (dois) servidores estáveis, que intimará o interessado para apresentar defesa escrita no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

21.7. Caberá recurso contra a aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, com efeito suspensivo até decisão final.

21.8. Da sanção de declaração de inidoneidade caberá pedido de reconsideração à própria autoridade que a aplicou, no mesmo prazo de 15 (quinze) dias úteis, também com efeito suspensivo.

21.9. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **22. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

22.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

22.2 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e dos licitantes que mantiverem sua proposta original;

22.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

22.4 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado;

22.5 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

22.6 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

22.7 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

22.8 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

22.9 Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

### **23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

23.1 Até 03 (três) dias **úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, no último dia útil até as **23h59:59s**.

23.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacao@cispar.pr.gov.br](mailto:licitacao@cispar.pr.gov.br) ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Pioneiro Miguel Jordão Martinez, 677, Parque Industrial Mário Bulhões da Fonseca, CEP 87065-660, Maringá - Paraná, departamento de Licitações.

23.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

23.4 Acolhida à impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital, no último dia útil até as **23h59:59s**.

23.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

23.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas através do site oficial do órgão e quando de interesse geral no [Compras.gov.br](http://Compras.gov.br) e vincularão os participantes e a administração, é de responsabilidade do interessado verificar as respostas e esclarecimentos no site do Cispar e no [Compras.gov.br](http://Compras.gov.br).

### **24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

24.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

24.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

24.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias e horários de expediente na Administração.

24.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.consorcociospar.com.br](http://www.consorcociospar.com.br) e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Pioneiro Miguel Jordão Martinez, 677, Parque Industrial Mário Bulhões da Fonseca, CEP 87065-660, Maringá - Paraná, departamento de Licitações, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

24.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:





**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ**  
**R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões**  
**Maringá – Paraná – Cep 87.065-660**  
**CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800**

#### 24.12.1 ANEXO I - Termo de Referência

Maringá, 29 de abril de 2026

---

**VALTER LUIZ BOSSA**  
**Diretor Executivo**



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ**  
**R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões**  
**Maringá – Paraná – Cep 87.065-660**  
**CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800**

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026**

**REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085/2026**

### **1. DO OBJETO**

Aquisição de móveis destinados à composição, organização e funcionalidade da nova sede do Órgão Regulador de Saneamento do Paraná – ORCISPAR, bem como ao atendimento de demandas administrativas relacionadas à execução do Convênio Expansão de Unidades de Valorização de Recicláveis (UVRs), conduzido pelo Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR.

### **2. DA JUSTIFICATIVA:**

A presente contratação justifica-se pela necessidade de aquisição de mobiliário destinado à estruturação e ao adequado funcionamento da nova sede do Órgão Regulador de Saneamento do Paraná – ORCISPAR, considerando que o espaço atualmente utilizado não atende de forma satisfatória às demandas administrativas, técnicas e regulatórias desenvolvidas pelo órgão.

Parte dos itens também se destina ao atendimento das demandas administrativas e operacionais vinculadas à execução do Convênio Expansão de Unidades de Valorização de Recicláveis (UVRs), conduzido pelo CISPAR, inclusive para apoio aos municípios consorciados participantes do convênio, conforme a necessidade da Administração.

A aquisição pretendida visa proporcionar condições adequadas de trabalho, organização dos ambientes e suporte material ao desenvolvimento regular das atividades institucionais, mostrando-se necessária ao atendimento do interesse público e à continuidade dos serviços desenvolvidos no âmbito do ORCISPAR, do CISPAR e dos municípios consorciados participantes do convênio.

#### **2.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:**

A presente contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021, em especial aos dispositivos que tratam de:

- 2.1.1 Licitação na modalidade Pregão Eletrônico (art. 28, inciso I);
- 2.1.2 Registro de Preços (art. 82);
- 2.1.3 Critério de julgamento pelo menor preço por item (art. 33, inciso I);
- 2.1.4 Aplicação dos princípios da eficiência, transparência, padronização e vantajosidade para a Administração Pública.

### **3. DO QUANTITATIVO, REQUISITOS E PREÇO DE REFERÊNCIA**

Detalhamento do objeto, conforme especificações técnicas, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, abaixo discriminadas:

Item	Descrição	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	<p><b>Mesa 1,20m x 0,60m x 0,74m (CxPXA)</b>  Especificações Técnicas (mínimas exigidas):  Estrutura confeccionada em MDF ou MDP de 18 mm de espessura, com acabamento interno e externo na cor Málaga ou similar, (a definir pela Administração); Dimensões aproximadas: 1,20 m (comprimento) x 0,60 m (profundidade) x 0,74 m (altura); Sustentação em pés metálicos no estilo industrial, fabricados em tubos de aço 50 mm x 30 mm, com pintura epóxi na cor preta; Tampo frontal com 0,40 m de altura; 02 gavetas com corrediças metálicas, cada uma com tranca individual e chave; Estrutura equipada com caixas embutidas para tomadas elétricas e de dados, além de calhas para passagem de fiação; Acabamento em fita de borda em todas as extremidades aparentes.</p>	2	R\$ 1.405,64	R\$ 2.811,28
2	<p><b>Mesa 1,50m x 0,75m x 0,74m (CxPXA)</b>  Especificações Técnicas (mínimas exigidas): Estrutura confeccionada em MDF ou MDP de 18 mm de espessura, com acabamento interno e externo na cor Málaga ou similar, ( a definir pela Administração); Dimensões aproximadas: 1,50 m (comprimento) x 0,75 m (profundidade) x 0,74 m (altura); Sustentação em pés metálicos no estilo industrial, fabricados em tubos de aço 50 mm x 30 mm, com pintura epóxi na cor preta; Tampo frontal com 0,40 m de altura; 02 gavetas com corrediças metálicas, cada uma com tranca individual e chave; equipada com caixas embutidas para tomadas elétricas e de dados, além de calhas para passagem de</p>	5	R\$ 1.512,18	R\$ 7.560,90

	fiação; Acabamento em fita de borda em todas as extremidades aparentes.			
3	<b>Mesa de Centro</b> Especificações Técnicas (mínimas exigidas): Mesa de centro confeccionada em MDF ou MDP de 18 mm, com tampo redondo de 70 cm de diâmetro, acabamento em fita de borda em todas as extremidades aparentes. Estrutura composta por pés de metal na cor preta, com pintura epóxi eletrostática e base reforçada para garantir estabilidade. Acabamento do tampo (cor/textura) será definido pela Administração. Altura aproximada de 40 cm, com superfície lisa, resistente e de fácil limpeza.	1	R\$ 1.164,39	R\$ 1.164,39
4	<b>Cadeira para Escritório – Tipo Presidente:</b> Cadeira office giratória com regulagem de altura e sistema relax. Assento em tela mesh com apoio de cabeça ajustável, braços rebatíveis 2d em nylon com polipropileno e rodízios em nylon. Largura 62, Prof.57, Altura 110/120	19	R\$ 1.408,11	R\$ 26.754,09
5	<b>Cadeira Para Escritorio Tipo Diretor</b> Cadeira office giratória com ajuste de altura (pistão classe3) e função relax. Cadeira estofada e revestida em poliuretano. Possui base estrela em aço cromado (330mm) e rodízios em PU (55mm)	2	R\$ 2.795,47	R\$ 5.590,94
6	<b>Cadeira de Plástico</b> Cadeira com 04 (quatro) pés, confeccionada em tubo metálico de 16 mm x 30 mm, com acabamento em pintura epóxi na cor preta. - Assento e o encosto fabricados em polipropileno injetado na cor preta, com superfície lisa e de fácil higienização.	12	R\$ 212,80	R\$ 2.553,60


7	<b>Cadeira de Polipropileno</b> Modelo classic Material polipropileno Pés de Alumínio Suporta até 120kg Fácil limpeza Pode ser usada em áreas externas ou internas Empilhável Medidas aproximadas da cadeira ( AxLxC)	30	R\$ 150,00	R\$ 4.500,00
8	<b>Armário Baixo</b> Especificações Técnicas (mínimas exigidas): Estrutura em MDF ou MDP de 18 mm de espessura, com acabamento interno e externo na cor Málaga ou similar (a definir pela Administração); Acabamento em fita de borda em todas as extremidades aparentes, garantindo durabilidade e estética; Duas portas frontais com dobradiças metálicas; Uma prateleira interna para divisão de espaço; Puxadores em material resistente e de fácil manuseio; Dimensões aproximadas: 0,80 m (largura) x 0,45 m (profundidade) x 0,74 m (altura).	8	R\$ 778,00	R\$ 6.224,00
9	<b>Armário para Escritório</b> Especificações Técnicas (mínimas exigidas): Estrutura confeccionada em MDF ou MDP de 18 mm de espessura, incluindo o fundo (tampo traseiro); Acabamento interno e externo na cor Málaga ou similar, definido pela Administração; Dimensões aproximadas: 1,60 m (altura) x 0,80 m (largura) x 0,45 m (profundidade); Parte interna dividida por 3 prateleiras horizontais, totalizando 4 compartimentos; Duas portas frontais com dobradiças metálicas do tipo amortecedoras; Puxadores em material resistente e de	3	R\$ 1.715,51	R\$ 5.146,53

	fácil manuseio; Acabamento em fita de borda em todas as extremidades aparentes; Estrutura reforçada, garantindo estabilidade e durabilidade.			
10	<p><b>Aparador para Café</b></p> <p>Especificações Técnicas (mínimas exigidas):</p> <p>Estrutura confeccionada em MDF ou MDP de 18 mm de espessura, com acabamento interno e externo na cor Málaga ou similar, a ser definido pela Administração; Dimensões aproximadas: 0,85 m (largura) x 0,40 m (profundidade) x 0,84 m (altura);</p> <p>Duas portas frontais com dobradiças metálicas do tipo amortecedoras; Parte interna com 1 divisória horizontal, formando 2 nichos para armazenamento de utensílios e suprimentos de café; Puxadores em material resistente e de fácil manuseio; Acabamento em fita de borda em todas as extremidades aparentes; Estrutura reforçada, com base estável e de fácil limpeza; Acabamento (cor) definido pela Administração.</p>	2	R\$ 812,60	R\$ 1.625,20
11	<p><b>Prateleira de Ferro</b></p> <p>Especificações Técnicas (mínimas exigidas): Estrutura confeccionada em aço carbono de alta resistência;</p> <p>Dimensões aproximadas: 1,80 m (altura) x 0,92 m (largura) x 0,40 m (profundidade); Composta por 04 prateleiras planas, com reforço estrutural inferior para suporte de carga;</p> <p>Capacidade mínima de carga: 30 kg por prateleira, distribuídos uniformemente;</p> <p>Acabamento com pintura epóxi eletrostática na cor preta ou cinza, resistente à oxidação e fácil de limpar;</p> <p>Estrutura desmontável, com montagem por encaixe ou parafusamento, garantindo firmeza e estabilidade;</p>	3	R\$ 673,66	R\$ 2.020,98

	Pés niveladores ou sapatas plásticas para proteção do piso; Bordas e cantos sem rebarbas, oferecendo segurança no manuseio; Acabamento (cor) definido pela Administração.			
12	<p><b>Armário Roupeiro de Ferro</b></p> <p>Especificações Técnicas (mínimas exigidas):</p> <p>Armário tipo cacifo confeccionado em aço galvanizado, com espessura mínima chapa 26, acabamento em pintura epóxi eletrostática na cor cinza industrial (ou similar definida pela Administração). Deve possuir 8 portas individuais distribuídas em 2 colunas por 4 fileiras, cada porta equipada com ventilação frontal e fechamento por pitão (compatível com cadeado, não incluso). Estrutura reforçada, com dobradiças metálicas embutidas e sem rebarbas, oferecendo segurança no uso diário. Dimensões aproximadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Altura: 1,98 m</li> <li>• Largura: 0,63 m</li> <li>• Profundidade: 0,40 m</li> </ul> <p>O armário deve permitir o armazenamento seguro de objetos pessoais e EPIs, com excelente durabilidade e resistência à corrosão. Deve ser entregue montado ou com montagem simples, e possuir garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. A cor final será definida pela Administração.</p>	3	R\$ 1.467,33	R\$ 4.401,99
13	<p><b>Painel para TV</b></p> <p>Especificações Técnicas (mínimas exigidas):</p> <p>Painel LN40 encabeçado em MDF 40mm, acabamento em fita de borda 1mm, com cunha para fixação. Medidas: Altura: 1350mm, Largura: 1200mm. Disponível nas cor: Preta, Medidas: 120 de</p>	2	968,50	R\$ 1.937,00



	largura, 270 de altura			
14	<p><b>Sofá</b></p> <p>Estrutura confeccionada em madeira de reflorestamento de alta resistência; Modelo com encosto estofado estilo Chesterfield (braços na mesma altura do encosto); acabamento capitonê no encosto e nos braços com costuras reforçadas e acabamento clássico; Assentos e encostos estofados com espuma de alta densidade (mínimo D-28 nos assentos e D-23 nos encostos); Revestimento em tecido veludo, conforme definição da Administração; Pés em madeira maciça com acabamento liso e resistente; Estrutura reforçada, garantindo estabilidade e durabilidade; Dimensões aproximadas: 2 lugares: cerca de 2,00 m (comprimento) x 0,80 m (profundidade) x 0,85 m (altura); Acabamento (cor) definido pela Administração.</p> <p><b>*Imagem de referência:</b></p> 	1	R\$ 6.949,00	R\$ 6.949,00
15	<p><b>Poltronas Diretoria</b></p> <p>Poltrona clássica estilo King com entalhes feitos a mão nos braços, pés e encosto, produzido em madeira maciça de caixeta; encosto liso; tecido corino ou suede conforme definição da Administração; Dimensões aproximadas: 0,76 m (largura) x 0,65 m (profundidade) x 0,98 m (altura). Acompanha almofada baguete; densidade: encosto – D18, assento D-23 com fibra siliconada; Acabamento (cor e tecido) definido pela Administração.</p>	2	R\$ 4.668,00	R\$ 9.336,00
16	<b>Poltronas Estofada Recepção</b>	2	R\$ 1.196,26	R\$ 2.392,52

	<p>Poltrona giratória em tecido de couro ecológico ou similar  Largura 75  Prof. 78  Altura 75</p> <p><b>* Imagem de referência</b></p> 			
17	<p><b>Cadeiras para Cozinha</b>  Assento em polipropileno com base em madeira  Largura 43  Prof.51  Altura 84</p>	3	R\$ 316,33	R\$ 948,99
18	<p><b>Apoio de Pé</b>  Apoio ergonômico para os pés. Estrutura confeccionada em plástico de alta resistência ou material equivalente, adequado para uso contínuo em ambiente administrativo. Plataforma superior com superfície texturizada ou antiderrapante, proporcionando estabilidade ao usuário. Sistema de inclinação ajustável ou basculante, permitindo variação de ângulo para melhor adaptação ergonômica. Base equipada com apoios ou pés antiderrapantes para garantir firmeza durante o uso. Capacidade mínima de suporte de carga de 15 kg ou superior. Dimensões aproximadas da plataforma entre 40 cm e 45 cm de largura e entre 25 cm e 35 cm de profundidade. Altura aproximada entre 8 cm e 15 cm. Cor predominante preta ou similar.</p>	60	R\$ 59,38	R\$ 3.562,80
19	<p><b>Armário Metálico</b>  Armário de aço para escritório. Estrutura</p>	120	R\$ 787,07	R\$ 94.448,40

	confeccionada em aço carbono de alta resistência, com tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura epóxi eletrostática. Deve possuir duas portas frontais metálicas com sistema de abertura convencional, equipadas com fechadura tipo tambor ou similar, acompanhada de chave. Parte interna composta por 3 prateleiras metálicas reguláveis, permitindo organização e ajuste conforme a necessidade de armazenamento. Estrutura reforçada, com dobradiças metálicas resistentes e acabamento sem rebarbas. Dimensões aproximadas de 1,60 m a 2,00 m de altura, 0,70 m a 0,90 m de largura e 0,35 m a 0,45 m de profundidade. Cor predominante cinza ou similar.			
20	<b>Cadeira de Escritório Ergonômica</b> Cadeira para escritório tipo ergonômica. Estrutura com base giratória confeccionada em material resistente, com cinco hastes e rodízios em PU ou material equivalente. Assento estofado em espuma de alta densidade, revestido em tecido ou material sintético de alta resistência. Encosto confeccionado em tela mesh ou material respirável equivalente. Sistema de regulagem de altura do assento por pistão a gás Classe 3. Mecanismo de inclinação tipo relax ou similar, permitindo ajuste de inclinação do encosto. Apoios de braço ergonômicos, fixos ou ajustáveis, confeccionados em material resistente. Capacidade mínima de suporte de peso de 120 kg ou superior. Dimensões aproximadas compatíveis com cadeiras ergonômicas de escritório. Cor predominante preta ou similar.	65	R\$ 602,05	R\$ 39.133,25
21	<b>Cadeira Estofada para Escritório</b> Cadeira fixa tipo secretaria. Estrutura	268	R\$ 140,85	R\$ 37.747,80

	confeccionada em aço tubular 7/8" de alta resistência, com acabamento em pintura epóxi eletrostática. Assento e encosto estofados em espuma injetada com densidade média de 55kg/m <sup>3</sup> , revestidos em tecido ou material sintético de alta resistência e fácil higienização na cor preta. Encosto com formato anatômico. Base fixa com quatro pés metálicos, equipada com sapatas plásticas ou material equivalente para proteção do piso. Capacidade mínima de suporte de peso de 120 kg ou superior. Dimensões aproximadas compatíveis com cadeiras fixas para escritório.			
22	<b>Mesa para escritório</b> Mesa para escritório com estrutura confeccionada em MDF ou MDP de espessura mínima de 15 mm ou superior, com acabamento em revestimento melamínico ou material equivalente. Dimensões aproximadas de 1,50 m de comprimento, 0,60 m de profundidade e altura entre 0,72 m e 0,75 m. Tampo com superfície lisa, resistente e de fácil limpeza, com acabamento em fita de borda nas extremidades aparentes. Estrutura de sustentação composta por painéis laterais ou pés estruturais em material compatível com o tampo, garantindo estabilidade e resistência. Deve possuir gaveteiro integrado com no mínimo 02 gavetas, equipado com corrediças metálicas ou sistema equivalente, permitindo abertura suave e armazenamento de materiais de escritório. Cor cinza	64	R\$ 420,95	R\$ 26.940,80
23	<b>Mouse Pad</b> Mouse pad com apoio ergonômico para punho. Base confeccionada em material antiderrapante ou emborrachado. Superfície superior em tecido, microfibra	80	R\$ 31,35	R\$ 2.508,00

	ou material equivalente, proporcionando deslizamento suave e preciso do mouse. Deve possuir apoio para punho confeccionado em gel, espuma de memória ou material equivalente. Dimensões aproximadas entre 22 cm e 26 cm de largura e entre 20 cm e 24 cm de profundidade. Cor predominante preta ou similar.			
24	<b>Suporte para Notebook</b> Estrutura confeccionada em metal ou material equivalente. Plataforma superior projetada para acomodação segura de notebooks, com superfície ventilada, vazada ou perfurada para auxiliar na dissipação de calor do equipamento. Deve possuir sistema de regulagem de altura ou inclinação, permitindo ajuste do ângulo de visualização para melhor ergonomia durante o uso. Base equipada com apoios ou pés antiderrapantes. Estrutura resistente, com capacidade compatível para suportar notebooks de diferentes tamanhos, no mínimo entre 10 e 17 polegadas. Dimensões aproximadas compatíveis com suportes ergonômicos para notebook. Cor predominante preta ou similar.	80	R\$ 41,30	R\$ 3.304,00
<b>Valor Total Estimado</b>			<b>R\$ 299.562,46</b>	

**3.1.** O valor total estimado é de **R\$ 299.562,46 (duzentos e noventa e nove mil, quinhentos e sessenta e dois reais e quarenta e seis centavos).**

**3.2.** Esta seção apresenta a descrição dos itens, os quantitativos estimados e os respectivos valores de referência, conforme as especificações técnicas mínimas definidas para a contratação.

**3.3.** As especificações constantes neste Termo de Referência correspondem às características mínimas exigidas para o fornecimento do objeto, devendo os itens ofertados atender integralmente aos requisitos de qualidade, desempenho, dimensão, material, resistência, funcionalidade e demais condições estabelecidas.

**3.4.** Será admitida a oferta de itens com características superiores às mínimas exigidas, desde que não haja prejuízo à funcionalidade, à padronização pretendida, à compatibilidade com a destinação

do objeto e ao valor máximo estimado para o item.

**3.5.** Quando houver, de forma excepcional, indicação de marca ou modelo exclusivamente como referência de qualidade ou padronização, será admitida a oferta de produto equivalente, similar ou de qualidade superior, desde que comprovado o atendimento integral às especificações técnicas exigidas.

**3.6.** Todos os itens deverão ser novos, de primeiro uso, entregues em perfeitas condições de conservação, funcionamento e uso, livres de avarias, defeitos, imperfeições ou danos que comprometam sua utilização, devendo atender integralmente às especificações técnicas previstas neste Termo de Referência.

**3.7.** Em razão da adoção do Sistema de Registro de Preços, os quantitativos indicados possuem caráter estimado, não ficando a Administração obrigada a contratar a totalidade dos itens registrados, os quais serão solicitados conforme a necessidade administrativa, durante a vigência da ata, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

#### **4. DA DISTRIBUIÇÃO**

**4.1.** Os itens objeto da presente contratação destinam-se ao atendimento das demandas administrativas e operacionais do CISPAR, do ORCISPAR e dos municípios consorciados participantes do Convênio Expansão de Unidades de Valorização de Recicláveis (UVRs), observada a área de atuação institucional do CISPAR no Estado do Paraná.

**4.2.** Os produtos correspondentes aos itens 01 a 17 serão destinados ao atendimento do CISPAR e do ORCISPAR, com entrega em Maringá/PR, no local indicado pela Administração.

**4.3.** Os produtos correspondentes aos itens 18 a 24 serão destinados ao atendimento do CISPAR, do ORCISPAR e dos municípios consorciados participantes do Convênio Expansão de Unidades de Valorização de Recicláveis (UVRs), conforme indicação da Administração.

#### **5. DO BEM COMUM**

O objeto da presente aquisição pode ser objetivamente especificado por meio de padrões usuais de mercado. Desta forma, entendemos que o objeto pode ser classificado como bem comum, para fins do disposto na Lei 14.133/21, podendo, portanto, ser adquirido por meio de processo licitatório na modalidade pregão.

#### **6. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução proposta consiste na aquisição de mobiliário em MDF ou MDP, bem como de itens complementares, destinados à estruturação, organização e adequado funcionamento da nova sede do Órgão Regulador de Saneamento do Paraná – ORCISPAR, além do atendimento das demandas administrativas e operacionais vinculadas ao CISPAR e aos municípios consorciados participantes do Convênio Expansão de Unidades de Valorização de Recicláveis (UVRs).

Os itens previstos foram definidos de forma a atender, de maneira integrada, às necessidades de composição dos ambientes administrativos, organização dos espaços de trabalho, acondicionamento de materiais e equipamentos, acomodação de servidores e usuários, e apoio à execução das atividades institucionais relacionadas ao objeto.



A solução contempla bens de natureza comum, com especificações objetivamente definidas, aptos a serem adquiridos por item, conforme a necessidade da Administração, permitindo maior racionalidade na contratação, padronização mínima dos materiais e adequação entre o fornecimento e a demanda efetiva.

Trata-se, portanto, de solução tecnicamente adequada e compatível com a necessidade administrativa identificada, voltada à melhoria da estrutura física e funcional do ORCISPAR, ao suporte às atividades do CISPAR e ao atendimento das demandas dos municípios consorciados participantes do Convênio UVRs.

## **7. DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO**

**7.1** O LICITANTE detentor da melhor proposta deverá apresentar, no dia do pregão, documentos como certificados/catálogos que comprovem as especificações do produto oferecido corretamente com o nome do item e garantindo estar conforme o edital, de acordo com a exigência de cada item.

**7.2** Não serão aceitos documentos que não seja possível comprovar com o produto especificado na data de abertura das propostas.

**7.3** Os produtos que forem requisitados amostras e tiverem resultados reprovados após a homologação, serão desclassificados e será convocado o próximo colocado do item.

## **8. DA ENTREGA**

**8.1.** O fornecimento dos itens será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de nota de empenho ou ordem de fornecimento.

**8.2.** O prazo de entrega dos produtos será de até 30 (trinta) dias, contados da formalização do pedido.

**8.3.** Os itens deverão ser entregues nos locais indicados pela Administração, observada a distribuição prevista neste Termo de Referência.

**8.4.** Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente acondicionados, íntegros e em conformidade com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência.

**8.5.** As quantidades solicitadas poderão variar de 01 (uma) unidade até o quantitativo total registrado para cada item, conforme definido na nota de empenho ou na ordem de fornecimento.

**8.6.** Quando a natureza do item exigir, a montagem ou instalação poderá ser exigida, a critério da Administração e sem ônus adicional, ficando restrita aos produtos entregues em Maringá/PR, para atendimento do CISPAR e do ORCISPAR.

**8.7.** Nos casos de entrega diretamente aos municípios consorciados participantes do Convênio Expansão de Unidades de Valorização de Recicláveis (UVRs), a montagem dos produtos ficará sob responsabilidade do respectivo município.

**8.8.** Caso a contratada não consiga cumprir o prazo estabelecido, deverá comunicar formalmente a Administração, com a devida antecedência, apresentando justificativa para análise.





## **9. DO ACEITE**

- 9.1.** O recebimento dos produtos referentes aos itens será provisório, para posteriores testes de conformidade, verificação das especificações técnicas do Termo de Referência e da proposta comercial;
- 9.2.** Após a entrega dos produtos, a CONTRATANTE terá até 05 (cinco) dias úteis para avaliá-los;
- 9.3.** Caso seja necessária a troca dos produtos, a CONTRATADA terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para efetua-la;
- 9.4.** Constatado que o produto ofertado está em desacordo com o especificado neste Termo de Referência, o fornecedor terá prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da recusa, para entrega de novo produto que atenda ao especificado neste Termo de Referência;
- 9.5.** Após a entrega do novo produto, a CONTRATANTE terá até 05 (cinco) dias úteis para avaliá-lo.
- 9.6.** Constatadas irregularidades no objeto, o Cispar poderá:
- 9.6.1.** Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
  - 9.6.2.** Na hipótese de substituição, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a Administração, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, sem acréscimo no valor da aquisição;
  - 9.6.3.** Se disser respeito à diferença das características do objeto, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
  - 9.6.4.** Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, sem acréscimo no valor da aquisição.
- 9.7.** O recebimento provisório ou definitivo não isenta o fornecedor quanto às responsabilidades futuras sobre a qualidade do produto entregue durante o prazo de garantia e as respectivas condições.
- 9.8.** Se verificada, a qualquer tempo, a inadequação do produto, e a empresa não realizar a troca nos prazos e condições previstas, ou se o material trocado também apresentar inadequação, a empresa ficará sujeita às penalidades, sem isenção da responsabilidade criminal.

## **10. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 10.1.** A seleção do fornecedor será realizada pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, desde que atenda às especificações e exigências deste Termo de Referência.
- 10.2.** As exigências de habilitação jurídica, social, trabalhista e econômico-financeira são as usuais para a generalidade dos objetos, já adotadas pelo Cispar, e estarão especificadas no Edital.

## **11. DA SUBCONTRATAÇÃO**

É vedada a subcontratação total ou parcial de todos os itens deste edital.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**



- 12.1.** Fiscalizar o Contrato e, em particular, atestar os resultados esperados e os níveis de qualidade exigidos frente ao objeto executado;
- 12.2.** Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento dos produtos, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas;
- 12.3.** Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, quanto a qualquer irregularidade identificada na execução do objeto, determinando o que for necessário à sua regularização;
- 12.4.** Aplicar as penalidades cabíveis;

### **13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 13.1.** Tomar todas as providências necessárias à fiel execução do objeto, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às disposições deste Termo de Referência, do edital, da ata de registro de preços e da proposta apresentada.
- 13.2.** Entregar os produtos nos locais indicados pela Administração, observada a distribuição prevista neste Termo de Referência, para atendimento das demandas do CISPAR, do ORCISPAR e dos municípios consorciados participantes do Convênio Expansão de Unidades de Valorização de Recicláveis (UVRs), no âmbito da atuação institucional do CISPAR no Estado do Paraná.
- 13.3.** Entregar os produtos e executar o objeto tempestivamente, dentro do prazo estabelecido, atendendo aos requisitos de qualidade exigidos e às especificações técnicas mínimas previstas neste Termo de Referência.
- 13.4.** Entregar os produtos novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de uso, conservação e funcionamento, devidamente acondicionados, íntegros e livres de avarias, defeitos, imperfeições ou quaisquer danos que comprometam sua utilização.
- 13.5.** Responsabilizar-se integralmente pelo transporte, carregamento, descarregamento, acondicionamento e entrega dos produtos, sem ônus adicional para a Administração.
- 13.6.** Quando exigida pela Administração e desde que a entrega ocorra em Maringá/PR, para atendimento do CISPAR e do ORCISPAR, realizar a montagem ou instalação completa dos itens, sem ônus adicional, entregando-os em perfeitas condições de uso.
- 13.7.** Nos casos de entrega diretamente aos municípios consorciados participantes do Convênio Expansão de Unidades de Valorização de Recicláveis (UVRs), a montagem dos produtos ficará sob responsabilidade do respectivo município, salvo disposição expressa em contrário por parte da Administração.
- 13.8.** Substituir, reparar, corrigir ou complementar, às suas expensas, no prazo fixado pela Administração, os produtos entregues em desconformidade com as especificações exigidas, com vícios, defeitos, avarias ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 13.9.** Prestar garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, promovendo, sem ônus para a Administração, os reparos ou substituições que se fizerem necessários durante esse período, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 13.10.** Disponibilizar, após a entrega dos produtos, os contatos necessários para acionamento de



garantia e suporte, informando, no mínimo, telefone, e-mail ou outro meio idôneo de comunicação.

**13.11.** Comunicar formalmente à Administração, com a devida antecedência, qualquer fato que possa comprometer o cumprimento do prazo de entrega ou a regular execução do objeto, apresentando a respectiva justificativa.

**13.12.** Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Administração, atendendo prontamente a quaisquer reclamações, notificações e determinações expedidas no âmbito da fiscalização da ata de registro de preços e das contratações dela decorrentes.

**13.13.** Manter, durante toda a vigência da ata de registro de preços e das contratações dela decorrentes, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

**13.14.** Assumir integral responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários, de transporte e demais ônus decorrentes da execução do objeto.

**13.15.** Reparar, corrigir ou indenizar, às suas expensas, os danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto, sem prejuízo das demais cominações legais e administrativas aplicáveis.

#### **14. DA ESTIMATIVA DA DESPESA**

**14.1.** Considerando os preços praticados no mercado, a aquisição total está estimada em de **R\$ 299.562,46 (duzentos e noventa e nove mil, quinhentos e sessenta e dois reais e quarenta e seis centavos)**

#### **15. DO PAGAMENTO DA DESPESA**

**15.1** O pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, por intermédio de Ordem Bancária, emitida até o 20º (vigésimo) dia útil, contado do recebimento definitivo do objeto executado, compreendida nesse período a fase de ateste da Nota Fiscal/Fatura - a qual conterá o endereço, o CNPJ, o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da empresa, a descrição clara do objeto do contrato - em moeda corrente nacional, por intermédio de Ordem Bancária e de acordo com as condições constantes na proposta da empresa e aceitas pela **CONTRATANTE**;

**15.2** A dotação orçamentária para a compra dos itens será especificada em cada nota de empenho;

**15.3** O pagamento dependerá do ateste da Nota Fiscal/Fatura pela equipe da **CONTRATANTE** realizado ao final de cada período de prestação de serviço;

**15.4** Para execução do pagamento, a **CONTRATADA** deverá fazer constar como beneficiário/cliente da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, o Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná, CNPJ nº 04.823.494/0001-65;

**15.5** A Nota Fiscal/Fatura correspondente será examinada diretamente pelo Fiscal designado pela **CONTRATANTE**, o qual somente atestará a execução do objeto e liberará a referida Nota Fiscal/Fatura para pagamento quando cumpridas, pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas relativas ao objeto do Contrato;

**15.6** Previamente a cada pagamento à **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** realizará consulta ao

SICAF e as demais certidões (CEIS, CNJ, CNDT), para verificar a manutenção das condições de habilitação;

**15.7** Constatada a situação de irregularidade da CONTRATADA, esta será notificada, por escrito, no sentido de que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis – prorrogáveis uma vez, por igual período, a critério da Administração, sem prejuízo do pagamento pelo fornecimento/prestação já executado, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual, nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

## **16. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**16.1** A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, conforme Art. 84 da Lei 14.133/21.

**16.2** Os contratos decorrentes da Ata terão vigência definida conforme os termos da própria Ata, podendo ultrapassar seu prazo de vigência, desde que observadas as condições previstas no instrumento convocatório e no edital.

**16.3** Durante a execução contratual, poderão ser realizados acréscimos ou supressões no objeto do contrato, conforme o disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021, desde que justificados e formalizados por termo aditivo. A Ata terá validade de até 12 (doze) meses, a contar da data de sua homologação, podendo ser prorrogada conforme lei Art. 84 da Lei 14.133/21, desde que comprovada a manutenção da vantajosidade para a Administração e expressamente autorizado em instrumento formal.

## **17. DO CRONOGRAMA**

**17.1** O cronograma de atividades será:

Todos os Itens			
Evento	Descrição do evento	Prazo Máximo	Responsável
1	Entrega da Nota de Empenho para a <b>CONTRATADA</b>	---	<b>CONTRATANTE</b>
2	Confirmação de recebimento da Nota de Empenho.	---	<b>CONTRATADA</b>
3	Entrega do material	Evento 2 + 20 dias corridos.	<b>CONTRATADA</b>
4	Testes de conformidade	Evento 3 + 05 dias úteis.	<b>CONTRATANTE</b>
5	Lavratura do Termo de Aceite	Evento 4 + 05 dias corridos.	<b>CONTRATANTE</b>

## **18. DA ATUALIZAÇÃO E REVISÃO DO PREÇO REGISTRADO**

**18.1** O preço registrado poderá ser atualizado, a pedido do FORNECEDOR, a cada 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado da licitação, adotando-se, para tanto, o Índice

Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) como índice de reajustamento de preço.

**18.2** O preço registrado poderá ser revisto, a pedido do FORNECEDOR ou por iniciativa do Consórcio, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato superveniente que eleve os preços, desde que observadas as disposições contidas no art. 124 da Lei Federal n.º 14.133/21.

**18.3** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Consórcio convocará o FORNECEDOR para negociar a redução dos preços registrados aos valores praticados pelo mercado.

**18.4** O FORNECEDOR que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

**18.5** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

**18.6** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o FORNECEDOR não puder cumprir a ata de registro de preços, é facultado ao FORNECEDOR requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

**18.7** A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do FORNECEDOR, cabendo ao Consórcio a análise e deliberação a respeito do pedido.

**18.8** Se o FORNECEDOR não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pelo Consórcio e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do FORNECEDOR e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

**18.9** Comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, o Consórcio poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo FORNECEDOR, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado e nunca superior ao valor máximo estipulado no edital da licitação, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

**18.10** Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo Consórcio, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

**18.11** Não havendo êxito nas negociações, o Consórcio deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**18.12** Quando for o caso, o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser respondido pelo Consórcio no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da solicitação formal e devidamente instruída pelo FORNECEDOR, podendo este prazo ser prorrogado de forma justificada, uma única vez, por igual período.

## **19. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA AQUISIÇÃO**

## **19.1 Gestão do Contrato**

**19.1.1** A gestão do contrato ficará a cargo do Sr. Arildo Aparecido de Camargo, Diretor Administrativo e operacional do ciapar, designado pela Diretoria Geral, com capacidade técnica e conhecimento do objeto contratado. Cabe ao gestor acompanhar a execução do contrato e adotar as medidas necessárias para o cumprimento de seu objeto, no interesse da Administração.

### **19.1.2 Atribuições do Gestor do Contrato:**

**19.1.2.1** Acompanhar os registros realizados pelos fiscais e as medidas adotadas;

**19.1.2.2** Informar à autoridade superior sobre situações que ultrapassem sua competência;

**19.1.2.3** Convocar representantes da CONTRATADA, sempre que necessário, para reuniões ou esclarecimentos sobre a execução contratual.

## **19.2 Fiscalização do Contrato**

A fiscalização será exercida pela CONTRATANTE, através dos servidores: Renata Alvez Perez, (ORCISPAR); Juliana Menegolo (Laboratório Cispar) e Heytor Viana (Convênio Itaipú), por meio de seu setor competente, que monitorará o cumprimento das obrigações contratuais e poderá solicitar, junto à CONTRATADA, a correção de eventuais falhas ou irregularidades. Caso essas falhas não sejam sanadas no prazo de 48 horas, serão formalizadas notificações oficiais, podendo culminar na aplicação de penalidades previstas no contrato.

### **19.2.1 Atribuições do Fiscal do Contrato:**

**19.2.1.1** Acompanhar a execução contratual para assegurar o cumprimento das condições estabelecidas e garantir os melhores resultados para a Administração;

**19.2.1.2** Registrar todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato no histórico de gerenciamento, com descrição das medidas necessárias para regularização de faltas ou defeitos observados;

**19.2.1.3** Emitir notificações para a correção de irregularidades, determinando prazos para adequação;

**19.2.1.4** Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, situações que demandem decisões ou providências que excedam sua competência;

**19.2.1.5** Monitorar constantemente a qualidade dos serviços, intervindo quando necessário para requerer correções à CONTRATADA.

## **19.3 Plano de Fiscalização:**

**19.3.1** Após a formalização do contrato, poderá ser realizada uma reunião inicial com a CONTRATADA para apresentação do plano de fiscalização, que detalhará as obrigações contratuais, estratégias de execução, mecanismos de fiscalização e sanções aplicáveis,

## **19.4 Comunicações:**

**19.4.1** As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser formalizadas por escrito, admitindo-se o uso de meios eletrônicos.



## **20 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**20.1** A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas infrações nas quais incorrer, conforme especificado no artigo 155 da Lei nº. 14.133/2021.

**20.2** A CONTRATADA estará sujeita as disposições sancionatórias previstas no Edital (quando houver), nos artigos 156 a 163 da Lei nº. 14.133/2021.

## **21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**21.1** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que:

**21.1.1** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**21.1.2** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**21.1.3** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**21.1.4** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**21.1.5** ensejar o retardamento da execução do objeto;

**21.1.6** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**21.1.7** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**21.1.8** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**21.1.9** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**21.1.10** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**21.1.11** fraudar a licitação;

**21.1.12** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**21.1.13** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**21.1.14** induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**21.1.15** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**21.1.16** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

**21.1.17** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;

**21.1.18** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**21.2** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades



civil e criminal:

**21.2.1** advertência;

**21.2.2** multa;

**21.2.3** impedimento de licitar e contratar e

**21.2.4** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**21.3** Na aplicação das sanções serão considerados:

**21.3.1** a natureza e a gravidade da infração cometida.

**21.3.2** as peculiaridades do caso concreto;

**21.3.3** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**21.3.4** os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**21.4** implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

**21.5** multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial;

**21.6** Para as infrações previstas, a multa será de 0,5% a 30% do valor do contrato licitado;

**21.7** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**21.8** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**21.9** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**21.10** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações, bem como pelas infrações administrativas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**21.11** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

**21.12** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar

e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**21.13** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**21.14** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**21.15** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**21.16** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **22. DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES**

**22.1** Já deverão estar incluídas no preço total todas as despesas de frete, embalagens, impostos, transporte, mão-de-obra, instalação, configuração e ativação dos bens e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes da execução dos serviços, especialmente os referentes à instalação, configuração e ativação dos bens;

**22.2** A CONTRATANTE não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

## **23. DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**23.1** Fazem parte deste Termo de Referência, os seguintes anexos:

**23.1.1** ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

**23.1.2** ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO

**23.1.3** ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENOR;

Maringá-PR, 17 de abril de 2026.

---

**HEYTOR VIANA**  
**Tecnico Ambiental – CISPAR**



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ  
R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões  
Maringá – Paraná – Cep 87.065-660  
CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**  
**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:**

Razão social e CNPJ:

Telefone:

Pessoa para contato:

**2. PREÇOS**

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1			Unidade	R\$	R\$
2			Unidade	R\$	R\$
3			Unidade	R\$	R\$

**3. ENTREGA E/OU INSTALAÇÃO**

Prazo de entrega e/ou instalação:

**4. GARANTIA**

Período de garantia:

Condições de prestação de assistência técnica:

**5. VALIDADE DA PROPOSTA**

**Prazo de validade:**

(não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação)

**6. COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS**

Nos preços propostos acima estão incluídos todas as despesas, frete, tributos e demais encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto deste Pregão.

Esta empresa declara estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

(Local e data)  
(Assinatura do Representante Legal, com NOME COMPLETO)



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ**  
**R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões**  
**Maringá – Paraná – Cep 87.065-660**  
**CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800**

## **ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO**

[Nome da empresa], CNPJ n.º [indicar], sediada [Endereço completo], declara sob as penas da lei, que até a presente data, inexistente fato superveniente impeditivo para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

---

[Local e Data]

---

[Nome e Identidade do Declarante]



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ**  
**R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões**  
**Maringá – Paraná – Cep 87.065-660**  
**CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800**

### **ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENOR**

[Nome da Empresa] inscrita no CNPJ sob n.º [Indicar], por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a) [Nome do Representante Legal], portador (a) da Carteira de Identidade n.º [Número da Carteira de Identidade] e do CPF N.º. [Número do CPF], declara, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal. Outrossim, declara ainda ser conhecedora de que a violação, a qualquer tempo, do dispositivo legal mencionado, implica na rescisão de futuro contrato administrativo a ser celebrado, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

---

Local e Data

---

[Nome do Representante Legal da Empresa]

[Cargo / Telefone]